

Mil Milhões em Cinco Anos

Joaquim Ramos Silva

O investimento português no Brasil representa, ainda, uma gota no oceano que representa aquele país mas a verdade é que desde 1997, o Brasil se tornou, de longe, o principal destino do investimento português no exterior.

É hoje um facto bem conhecido que, após décadas de reduzida expressão numérica, o investimento português no Brasil descolou, verdadeiramente, após 1995. Dado que o próprio investimento português no exterior é um fenómeno recente (só depois de 1991 ultrapassou 0,5% do PIB), pode mesmo dizer-se que o movimento em direcção ao Brasil é o seu aspecto mais saliente nesta fase inicial de expansão.

Segundo o Banco de Portugal, no período 1995-99, o investimento directo estrangeiro (IDE) português no Brasil foi da ordem de 590 milhões de contos (640 milhões em termos de investimento bruto). Entre 1994 e 1998, na sua fase fortemente ascendente, passou de 429 mil contos para 240 milhões de contos, isto é, multiplicou-se várias vezes em cada ano, crescendo a uma taxa de média anual de 386%. O IDE contratado deverá, de igual modo, ter atingido várias centenas de milhões de contos, bem como os reinvestimentos locais e os recursos canalizados através de outros países. Provavelmente, o IDE português já realizado e a concretizar deverá situar-se bem acima dos mil milhões de contos neste curto período de cinco anos. Por outro lado, desde 1997, o Brasil tornou-se, de longe, o principal destino do IDE português no exterior. Em 1999, Portugal foi mesmo o terceiro investidor, logo após os Estados Unidos e a Espanha. Nos dois últimos anos (1998-99), investiu três vezes mais do que nos dezoito anos anteriores (1980-97). Porém, tendo em conta a grande assimetria entre as duas economias (em dólares correntes, o PIB brasileiro foi 7,5 vezes maior do que o português em 1998), e apesar do seu peso nalguns sectores e regiões, o IDE português é ainda uma "gota d'água" no "oceano" brasileiro. Mesmo assim, e ainda que o ritmo de crescimento do IDE dos últimos anos não possa prosseguir indefinidamente (é cíclico por natureza), estabeleceu-se já uma relação bastante significativa neste domínio decisivo para as relações bilaterais que pode ter impactos consideráveis no futuro.

O maior investimento português, até agora, foi a aquisição de uma parte fundamental da Telesp Celular (a terceira maior empresa do Brasil e uma das vinte maiores dos mercados emergentes) pela Portugal Telecom, em Julho de 1998. Calculou-se, então, que o negócio atingisse cerca de 500 milhões de contos, montante posteriormente revisto em baixa atendendo às oscilações cambiais. Situa-se perto dos 382 milhões de contos (que não estão ainda totalmente pagos). Desde então, a PT reforçou progressivamente a sua posição na Telesp Celular. Lançou em meados de Março uma nova oferta de aquisição sobre parte do capital, no valor estimado de 160 milhões de contos, que poderá atingir 240 milhões em caso de êxito total. Independentemente do desfecho desta operação, os dois países já estabeleceram um vínculo de importância primordial no sector estratégico das telecomunicações, designadamente em termos de desenvolvimento esperado e das repercussões no conjunto das suas economias.

Outros capitais públicos afluíram também de forma significativa (EDP, CGD, CIMPOR, etc.), mas não deve subestimar-se a importância do sector privado. A

Sonae Distribuição, por exemplo, ausente do Brasil ainda há poucos anos, ocupava já, em 1998, o 8º lugar no ranking das empresas brasileiras do sector ordenadas por activos directos. Alguns grupos (SONAE, Espírito Santo), na sua busca de dimensão e competitividade, são cada vez mais luso-brasileiros em essência, ou pelo menos integraram o Brasil na sua estratégia global. A maior parte das principais empresas portuguesas tende a ter alguma presença no Brasil, situação inimaginável mesmo em meados dos anos 1990.

Não pode deixar também de assinalar-se a participação do IDE português nas indústrias transformadoras. Embora a alteração recente na metodologia do Banco de Portugal não permita avaliar de forma clara a distribuição sectorial do IDE, dados relativos ao período 1994-98 mostram que a parte da indústria transformadora terá atingido cerca de 30% do total. Um caso representativo é o da Cabelte que, em 1996, investiu cerca de 7,5 milhões de contos na instalação de duas unidades industriais (cabos para telecomunicações e para automóveis) em Itajubá, Minas Gerais. Esgotada a sua capacidade, o grupo decidiu construir mais duas novas unidades, no valor de 11 milhões de contos e criando 100 postos de trabalho. Outro exemplo a registar é o da Frezite (que produz ferramentas para trabalhar madeira), instalada no Brasil em 1996, que estabeleceu parceria local com a empresa alemã AKE e vai agora criar a Frezite-Alemanha "devido à aliança efectuada no Brasil". A INDASA (que produz e comercializa abrasivos flexíveis) é um exemplo duma PME que criou de raiz, em 1998, a Novindasa, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, "à semelhança do que tinha acontecido em Espanha" em 1987*.

Tomemos agora alguma distância em relação aos factos recentes. A seu tempo, Adam Smith observou: "Londres, Lisboa e Copenhaga são talvez, as três únicas cidades da Europa ... cujo comércio não se destina apenas ao seu próprio consumo, mas também ao de outras cidades e países. A situação de qualquer das três é especialmente privilegiada, tornando-as naturalmente adequadas a constituírem entrepostos para grande parte das mercadorias destinadas ao consumo de regiões distantes" (A Riqueza das Nações, 1776). Procuremos transplantar esta lógica para o contexto internacional dos nossos dias, onde o IDE desempenha um papel central. Londres continua a ser a principal placa giratória de capitais à escala da Europa. Copenhaga, Amsterdão e várias outras cidades da Europa ocidental continuaram ou passaram a ser muito activas neste domínio. Madrid tornou-se, sobretudo desde o início dos anos 1980, um trampolim de primeira grandeza para os investimentos internacionais na América Latina. Ora, Lisboa, após um longo interregno, só muito tardia e recentemente voltou a ocupar um lugar de algum relevo, tirando partido da sua óbvia vantagem natural.

Sublinhar a importância da orientação brasileira do IDE português não significa negligenciar a relação com a Europa, âncora fundamental da economia portuguesa, pelo contrário, é uma forma de a elevar a um patamar superior. Aliás, a evolução recente só foi possível porque a integração na Europa se aprofundou, com a participação plena no mercado único e na União Económica e Monetária, aumentando recursos financeiros e instrumentos de acção. Nos estudos sobre a competitividade da economia portuguesa realizados no início dos anos 1990, Michael Porter chamava a atenção para a necessidade de implementar estratégias globais e já não meramente ibéricas ou mesmo europeias. Isto é, uma internacionalização decidida e de vistas largas é um vector fundamental de sucesso no mundo actual.

A opção das empresas portuguesas pelo investimento no Brasil é um passo inteligente e necessário na via da internacionalização consequente. Com efeito, Angus Maddison demonstrou que o Brasil foi, depois de Taiwan, a economia que mais cresceu em todo o mundo, neste século, até ao final da década de 1980. Numa perspectiva de longo prazo, trata-se de um investimento seguro, rentável e bem posicionado à escala global. Naturalmente, como em todos os investimentos,

incorre-se também em riscos (por exemplo, a economia brasileira está ainda muito dependente das matérias-primas, pelo que tem uma evolução bastante irregular, ao sabor da cotação daquelas). Por outro lado, esgotado o modelo anterior e colhendo lições do desenvolvimento económico do pós-guerra, o novo Brasil democrático iniciou, desde finais dos anos 1980, uma abertura crescente ao exterior, com vista a melhorar a eficiência da sua economia num contexto de maior concorrência. A afluência geral de capitais ao Brasil, após a implementação do Plano Real, em 1994, mostra as elevadas expectativas dos agentes internacionais quanto às potencialidades da economia brasileira (tanto mais que importa integrar em toda esta lógica o efeito Mercosul). A forma bastante satisfatória como o país está a superar a crise cambial de finais de 1998 e inícios de 1999 mostra que a nova via está a ser trilhada com segurança e pode conduzir a dinâmicas fecundas que a proximidade dos dois países aconselha a percorrer com reforço das parcerias bilaterais (e a globalização a isso "obriga"!).

Porém, para que os investimentos no Brasil tenham sequência e pleno sucesso, é necessário que a economia portuguesa melhore a sua performance aproveitando as maiores oportunidades proporcionadas pela UEM (como acontece, por exemplo, com a Irlanda e a Finlândia). Os agentes económicos brasileiros, como se viu após a adesão à Comunidade Europeia em 1986, reagem favoravelmente aos impulsos qualitativos da economia portuguesa: houve significativo incremento do IDE brasileiro no período imediatamente posterior. Portugal terá de continuar a melhorar o seu desempenho de forma sensível, até para funcionar como retaguarda sólida dos investimentos realizados no exterior. Essa é a verdadeira chave do sucesso do IDE português no Brasil: incessante melhoria qualitativa das duas economias, a começar pelos laços que estabelecem entre si.